

CPI das Empreiteiras começa tudo outra vez

O presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), ainda não está convencido de que não haja envolvimento de parlamentares com em-



preiteiras e está certo de que a CPI das Empreiteiras, a ser instalada esta semana, terá condições de aprofundar todas as denúncias. Passarinho disse ontem, pela primeira vez, não ter "engolido" as explicações dadas pelo diretor da Odebrecht, Ailton Reis, sobre a lista com nomes de parlamentares com percentuais ao lado.

"Ele foi orientado pelos advogados para enquadrar aquela lista na nova legislação eleitoral. Mesmo assim, com erro, porque só são permitidas doações a partidos. Somente tivemos provas testemunhais e não conseguiríamos ouvir ali uma pessoa confessar que cometera corrupção ativa ou corrupção passiva. Descobrir esse envolvimento é tarefa da CPI das Empreiteiras", afirmou.

Tanto acredita no resultado dessa nova CPI que Passarinho passou toda a manhã de ontem trabalhando em sua casa, despachando documentos e um grande volume de denúncias, muitas anônimas, para a CPI das Empreiteiras. Algumas denúncias recebidas, Passarinho enviou às subco-

missões da comissão que preside, mas a maioria envolvia empreiteiras.

Na opinião de Passarinho, "o banho de ética no Brasil não pode se prender ao Legislativo e à questão do Orçamento". Deve-se estender a todos os poderes e a todos os podres. A partir dessas novas investigações, ele acha que o número de parlamentares cassados vai aumentar. O senador, que é favorável à CPI das Empreiteiras, condenou, porém, a "cepeização no Congresso".

Ele não assinou a instalação da CPI das campanhas políticas e, da CUT, se negou a assiná-la no início. Só foi fazê-lo quando o requerimento já estava com quase 300 assinaturas e, portanto, com número regimental. "Não quero ser responsável", esclareceu, informando que assinou a da CUT para não ir contra a decisão do partido. Afinal a CPI da CUT é uma bandeira do senador Esperidião Amin (SC), presidente do PPR.

O senador acha, também, que o prazo que o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), prevê para as cassações é muito otimista. Em sua avaliação, as cassações devem se efetivar além dos 45 dias. "E nosso trabalho não termina agora. Ao longo desse julgamento certamente seremos solicitados a dar esclarecimentos, principalmente o relator".

Passarinho também manifestou ontem perplexidade com a afirmação do corregedor da Câmara, deputado Fernando Lyra (PSB-PE), de que encaminhar nomes à Mesa foi um artifício que a CPI usou para não punir.